

FLORESTAN FERNANDES: SOCIOLOGIA E CIDADANIA*

Enno D Liedke Filho**

A evolução das orientações teórico-metodológicas e das preocupações temático-políticas que caracterizam a obra de Florestan Fernandes permitem a identificação de quatro etapas distintas: *Etapa de Formação Intelectual* (1941-1952); *Etapa da Sociologia numa Era de Revolução Social* (1952-1967); *Etapa da Reflexão sobre a Revolução Burguesa no Brasil* (1967-1986) e *Etapa da Militância-Cidadã* (1986-1995). As características principais destas etapas serão analisadas a seguir, visando oferecer um guia para a (re)leitura da contribuição intelectual e política de Florestan Fernandes, enquanto sociólogo e cidadão.

A *Etapa de Formação Intelectual* de Florestan Fernandes estende-se do seu ingresso na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1941, até o momento em que assume a Cadeira de Sociologia I em 1953¹. Destacam-se nesta etapa entre os estudos empíricos, os levantamentos acerca do *Folclore e da Mudança Social em São Paulo* (1976a), *A Organização Social dos Tupinambás* (redação em 1947 e primeira publicação em 1949; 1963), *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (1949; republicado 1970).

Entre os estudos teórico-metodológicas, merecem destaque a Introdução para a tradução, de sua autoria, da *Contribuição à Crítica à Economia Política* de Marx, realizada em 1946, como "tarefa" de sua, então, militância no movimento trotskista, e a monografia acerca da "Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim" (In 1974b), redigida em 1946, sob orientação do Professor Emílio Willems, enquanto trabalho da Cadeira de Antropologia da Pós-Graduação na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

Destaque cabe também ao texto "*O Problema do Método na Investigação Sociológica*" (1947, in 1971), no qual configura-se a originalidade da formulação teórica inicial da obra de Florestan, a qual imantou a organização da "Escola de Sociologia da USP".

Esta formulação se constituiu como uma síntese original entre a problemática básica da concepção de ciência política de Karl

* Texto publicado originalmente no **Informativo SBS** da Sociedade Brasileira de Sociologia, Número 12, abril-agosto de 1995.

** Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS.

¹ Ver acerca de sua infância, adolescência e ingresso na USP, os textos-depoimentos "A Geração Perdida" (in 1977), e a entrevista "Sobre o Trabalho Teórico" (1975b).

Mannheim, conforme explicitada no Capítulo III de *Ideologia e Utopia* (1952) - quais as possibilidades de construção plena de uma ordem social industrial e democrática, enquanto processo de racionalização - e o método funcionalista², na tradição de Radcliff Brown, como quadro de referência para a análise da constituição e intervenção racional na sociedade industrial (Liedke Filho, E. D., 1977).

Esta problemática está explicitada teoricamente, por exemplo, na reflexão de Florestan Fernandes acerca do "*Significado das Ciências Sociais no Mundo Moderno*" (1950, in 1971), na qual argumenta que

"de um lado, elas nos abrem perspectivas quase insondáveis de conhecimento e de domínio das forças que operam no meio social em que vivemos. De outro lado, elas poderão contribuir para a formação do novo tipo de homem, exigido pela civilização científica e industrial em desenvolvimento" (1971: 300).

Uma segunda etapa da obra de Florestan - *Etapa da Sociologia numa Era de Revolução Social*³ (1952-1965) - tem por base a historicização da problemática original da obra de Florestan Fernandes, a qual passa a ser nucleada na relação entre razão e possibilidades de construção da ordem social, industrial e democrática no Brasil, cabendo neste processo de intervenção um papel relevante a Sociologia Aplicada.

Florestan Fernandes no texto "*Desenvolvimento Histórico-Social da Sociologia no Brasil*" (1956/57, in 1977) propôs uma periodização da evolução da Sociologia no Brasil tendo por base o objetivo dominante da produção de conhecimentos sociológicos, a qual permite compreender o significado que ele atribuía a sociologia e ao seu próprio trabalho intelectual nesta etapa.

Um primeiro período da sociologia no Brasil foi marcado pelo autodidatismo e iniciou-se já no terceiro quartel do século XIX, correspondendo à fase de desagregação da ordem social escravocrata sendo caracterizado pela exploração de conhecimentos sociológicos como recurso parcial de interpretação. A intenção principal não era fazer investigação sociológica propriamente dita, mas considerar fatores sociais na análise de certas relações como, por exemplo, as conexões entre o direito e a sociologia, a literatura e o contexto social, o estado e a organização social. Um segundo período teve início em princípios do século, quando a sociologia frutifica tanto sob a forma de análise histórico-geográfica e sociológica do presente, quanto sob a inspiração de um modelo mais complexo de análise histórico-pragmática, em que a interpretação do presente se associava a disposições de intervenção

² Ver "Introdução" de *Folclore e Mudança Social no Brasil* (1976), em que Florestan descreve seu aprendizado do funcionalismo.

³ Ver *A Sociologia em Uma Era de Revolução Social* (1976).

racional no complexo social. Finalmente, um terceiro período, o qual, embora com raízes no segundo quartel deste século só se configura plenamente no após guerra - época de redação desta análise de Florestan - tem por característica dominante a preocupação de subordinar o labor intelectual no estudo dos fenômenos sociais aos padrões de trabalho científico sistemático. Esta intenção se revela tanto nas obras de investigação empírico-indutiva de reconstrução histórica ou de campo, quanto nos ensaios de sistematização teórica.

Em 1952, Florestan Fernandes assumiu a Cadeira de Sociologia I, em substituição a Roger Bastide que retornava então à Europa, e deu início à organização de um grupo de colaboradores, constituído inicialmente por Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira, dando origem a "Escola de Sociologia da USP". Por "Escola de Sociologia da USP" ou "Escola de Sociologia de Florestan Fernandes"⁴ entende-se o grupo de cientistas sociais que trabalharam ligados a este sociólogo no período de 1954 a 1969, na antiga Faculdade de Filosofia da USP, desenvolvendo uma série de projetos de pesquisa comuns, abrangendo temas referentes (1) às relações raciais no Brasil⁵, (2) à empresa industrial em São Paulo e (3) à análise sociológica do desenvolvimento no Brasil⁶, na "aventura comum de vincular a investigação sociológica à transformação da sociedade brasileira" (1975a: 5).

A reflexão acerca da Sociologia Aplicada ocupa lugar de destaque na produção intelectual de Florestan Fernandes nesta etapa, sendo a mesma concebida como a

"análise dos efeitos disnômicos da vida social e das condições previsíveis de intervenção racional no controle das situações em que elas emergem socialmente", sendo uma das exigências fundamentais da mesma, que seja uma análise do presente (1971: 151).

São desta etapa da obra de Florestan, expressando suas bases teórico-metodológicas, os textos "*O Método de Interpretação Funcionalista em Sociologia*" (Tese de Livre-Docência à Cadeira de

⁴ Acerca da história do grupo cientistas sociais em questão, ver Fernandes, F. *A Sociologia no Brasil* (1977), capítulos 7 e 8, e Liedke Filho (1977 e 1991).

⁵ Ver o projeto e os resultados da pesquisa que originou esta linha de investigação em Bastide, R. e Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1971, 3a. ed.; Cardoso, F H e Ianni, O. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1960; Cardoso, F H *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, São Paulo: DIFEL, 1962; Ianni O. *As Metamorfoses do Escravo*, São Paulo, DIFEL, 1962; Fernandes, F. *O Negro no Mundo dos Brancos*, São Paulo: DIFEL, 1972, Fernandes F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, São Paulo: Dominus Editora e Editora da USP, 1965.

⁶ Ver os projetos 2 e 3 em Fernandes, 1974a e 1976b.

Sociologia I, defendida em 1953); *“Os Problemas da Indução Sociológica”* (1954) e *“A Reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais”* (1957), publicados na coletânea *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (1980a).

Na nova “Introdução” à *Mudanças Sociais no Brasil* (1974) Florestan aponta, retrospectivamente, que a problemática básica de sua obra nesta etapa poderia ser repensada ou reformulada nos seguintes termos: a sociedade brasileira (no limite, a burguesia brasileira) tem condições de fazer uma Revolução Burguesa nacional-democrática popular, clássica, de estilo francês?

Sugerimos em estudo anterior (Liedke Filho, 1977) que esta etapa da obra de Florestan divide-se em dois sub-períodos, caracterizada pela vigência de hipóteses-respostas diferentes à mesma questão fundo: a Hipótese da Demora Cultural (1954-1959) e a Hipótese do Dilema Social Brasileiro (1959-1965).

A Hipótese da Demora Cultural presente em textos como *“Existe uma Crise da Democracia no Brasil?”* (1954, in 1974a) e *“Obstáculos Extra-Econômicos à Industrialização”* (1959 in 1974a),

“consiste na presunção de que, quando não é homogêneo o ritmo de mudança das diversas esferas culturais e institucionais de uma sociedade, umas esferas podem se transformar com mais rapidez do que outras, introduzindo-se um desequilíbrio variável na integração delas entre si. Quando isto ocorre, é óbvio que no período de transição se produzem atritos e tensões resultantes das próprias condições de mudança social. As expectativas de comportamento antigas e as recém-formadas coexistem inevitavelmente, durante algum tempo, criando fricções nos ajustamentos dos indivíduos às situações que são por elas reguladas socialmente (1974, p. 101)”.

Em *“Existe uma Crise da Democracia no Brasil?”* (1954, in 1974a) buscando responder porque a construção da democracia no Brasil é lenta, então, em seu entender, um processo incipiente, Florestan aponta a possibilidade de emergência de disnomias (irracionalidades) em setores da vida social estereotipados, em termos de tensões entre padrões recorrentes tradicionais de ação e padrões racionais emergentes de institucionalização e ação.

Neste texto, tem-se de um lado, a análise do momento brasileiro de então, isto é, tem-se uma crítica do “atual regime” (assim como o Estado Novo que o antecedeu), e de outro, as dimensões abrangidas por esta crítica - partidos e demais instituições políticas (campo estrutural da política), anarquia e oportunismo (características do campo funcional da política) - são caracterizadas como fenômenos particulares de Demora Cultural, “para os quais contribuiu a falta de um elevado padrão de educação popular no Brasil”, produto da antinomia entre necessidades

de educar as massas populares e incapacidade dos governos em atender efetivamente essa necessidade - compreendida como um dos focos mais ativos da instabilidade do regime republicano. Ou seja, o problema da carência educacional das massas e da necessidade de superá-las, como campo estratégico para o confronto da Demora Cultural, adquire uma importância analítica crescente. Neste contexto,

toda a argumentação desenrolada tenta mostrar que um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só a situações que se alteram socialmente, mas que estão em fluxo contínuo no presente. A contribuição que a educação sistemática pode oferecer para alterar semelhante mentalidade exprime, naturalmente, as tarefas políticas que ela pode preencher em uma esfera neutra (1974a: 114).

É a partir destes marcos interpretativos que se efetivou o envolvimento de Florestan Fernandes na Campanha em Defesa da Escola Pública⁷, tanto em termos da produção de análises da questão, como da participação efetiva na Campanha, através de conferências e comícios públicos e de contatos com deputados e senadores, nos momentos que antecederam a votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação pelo Congresso. Este envolvimento, e a frustração quanto aos rumos tomados pelos legisladores e o próprio Executivo, chefiado já então (1961) por João Goulart, levaram a uma mudança da hipótese orientadora da obra de Florestan, enquanto resposta à problemática básica das possibilidades de constituição de uma ordem racional, industrial e democrática no Brasil, passando a vigorar a Hipótese do Dilema Social Brasileiro, em substituição à Hipótese da Demora Cultural⁸.

O Dilema Social Brasileiro consiste

“numa resistência residual super-intensa à mudança social, que assume proporções e conseqüências sociopáticas (1976b: 211) (...) um tipo de inconsistência estrutural e dinâmica que nasce da oposição entre o comportamento social concreto e os valores morais básicos de determinada ordem social” (1976b: 208),

comportamento este exatamente das camadas privilegiadas econômico social e politicamente.

[O] dilema social brasileiro caracteriza-se como um apego sociopático

⁷ Ver os textos incluídos na coletânea de Florestan Fernandes *Educação e Sociedade no Brasil* (1966).

⁸ Ver a autocrítica de Florestan quanto a Hipótese da Demora Cultural em “Reflexões sobre as Mudanças Sociais no Brasil”, in 1976b: 210.

ao passado, que poderá ter conseqüências funestas. Ostenta-se uma adesão aparentemente leal e faminta ao progresso. Professa-se, porém, uma política de conservantismo cultural sistemático. Os assuntos de importância vital para a coletividade são encarados e resolvidos à luz de critérios que possuíam eficácia no antigo regime, ou seja, há três quartos de século. Enquanto isso, as tensões se acumulam e os problemas se agravam, abrindo sombrias perspectivas para o futuro da Nação. É patente que os adeptos dessa política estão cultivando, paradoxalmente, uma gigantesca revolução social, altamente sangrenta e destrutiva em sua fase de explosão (1962, in 1976b: 212)

Uma terceira etapa da obra de Florestan Fernandes - *Etapa da Reflexão sobre a Revolução Burguesa no Brasil* - inicia-se sob o impacto do movimento de 1964, quando realiza-se uma ruptura radical com a problemática até então vigente na sua produção intelectual.

A dignidade intelectual de Florestan Fernandes nos dramáticos momentos que se seguiram a 1964, está registrada em seu discurso de Paraninfo da Turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1964, intitulado "A Revolução Brasileira e os Intelectuais" (1965, in 1969), e, particularmente, em sua "Autodefesa", carta enviada ao Encarregado do Inquérito Policial-Militar junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e que precedeu sua prisão por três dias em setembro de 1964, carta esta publicada como "Apêndice" ao texto "Em Busca de Uma Sociologia Crítica e Militante" (1977).

"*Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*" (1967, in 1969) é o texto-marco desta ruptura, enquanto instauração da problemática do subdesenvolvimento como uma forma específica de realização do capitalismo mundial, a qual se significa como uma forma particular de Revolução Burguesa, despojada de qualquer impulso construtivo e revolucionário. O referido texto, que dá o nome à coletânea em que foi publicado, distancia-se, profundamente, dos demais textos desta, os quais, redigidos entre 1965 e 1967, ainda se encontram dentro dos marcos teóricos da problemática anterior da produção de Florestan Fernandes, tendo o conceito de Dilema Social como conceito explicativo principal. Ressalte-se todavia que o caráter particular da Revolução Burguesa no Brasil, a partir da formação histórica da sociedade brasileira, adquire importância crescente ao longo destes textos, redigidos entre 1965 e 1967, vindo a culminar na referida ruptura⁹.

Um dos pontos que merecem destaque especial em "*Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*" (in 1969), além da original síntese entre conceitos de Marx, Weber e Durkheim para a explicação macro-

⁹ Ver especialmente "A dinâmica da mudança sócio-cultural no Brasil" (1965, in 1968), texto em que a "irracionalidade do comportamento conservador", é objeto de minuciosa análise.

sociológica do subdesenvolvimento econômico, da análise do significado da articulação de estruturas econômicas heterogêneas no sistema econômico nacional brasileiro e da análise da constituição, funcionamento e evolução do regime de classe no Brasil, é a formulação do conceito de "racionalidade econômica possível em circuito de indeterminação", dada a partir das tendências da referida heterogeneidade estrutural.

Elas vêem o capitalismo e suas exigências sociais, culturais e políticas do ângulo do capitalismo dependente. Ao fazer sua revolução, fazem-na na escala das realizações e das ambições fomentadas pelo capitalismo dependente. Nenhuma outra classe social as contesta com probabilidade de êxito. De qualquer modo, condenam-se a protagonizarem a história como uma eterna façanha de dependência. Para que elas se ergam acima dessa medida, ela precisam ser negadas e arrastadas por outras classes. Enfim, precisam ser compelidas a pensar e a transformar o mundo de uma perspectiva universal" (1969: 103).

Neste período, cabe destaque especial ao estudo *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), estudo escrito entre 1963 e 1964, dentro dos marcos teóricos então vigentes na produção deste autor, sendo a expressão máxima da tensão teórica referida, entre uma crescente centralidade do caráter específico da Revolução Burguesa em condições de dependência e a vigência ainda da Hipótese de Dilema Social. Este estudo concluía que, no Brasil,

O dilema racial brasileiro ... se caracteriza pela forma fragmentária, unilateral, e incompleta com que [o regime de classes sociais] consegue abranger, coordenar e regulamentar as relações raciais. Estas não são totalmente absorvidas e neutralizadas, desaparecendo atrás das relações de classes. Mas sobrepõem-se a elas, mesmo onde e quando as contrariam, como se o sistema de ajustamentos e de controles sociais da sociedade de classes não contivesse recursos para absorvê-las e regulá-las socialmente (1965, VII: 391).

A produção posterior de Florestan Fernandes busca explicitar o caráter autocrático da Revolução Burguesa em situações de capitalismo dependente no contexto do sistema capitalista monopolista mundial, sendo interessante ressaltar que os capítulos constitutivos da Primeira e Segunda Parte de *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975a) foram redigidos em 1966 e somente publicados em 1975, donde a profunda distância entre estes capítulos elaborados ainda dentro dos marcos teóricos da Hipótese do Dilema Social Brasileiro e os capítulos da Parte Terceira do referido livro, que foram elaborados em 1973/74, enfatizando o caráter autocrático, a "força selvagem" e a "debilidade crônica" da Revolução Burguesa sob o capitalismo dependente.

A Revolução Burguesa Brasileira, caso particular da Revolução Burguesa em condições de subdesenvolvimento, ou melhor, de nova dependência é caracteristicamente anti-democrática e anti-popular. A hipótese básica passa a ser a de que as condições histórico-sociais características do desenvolvimento capitalista dependente, (da nova dependência, mais especificamente), determinam que a dominação burguesa se dê claramente de forma autocrática. Isto é, acumulação de capital ao nível econômico a todo o custo (social geral) e democracia restrita aos próprios membros da classe burguesa e a alguns "cidadãos" mais privilegiados, são as duas faces deste domínio de classe.

O sentimento pessoal de Florestan Fernandes após a sua cassação da Universidade de São Paulo em 1969, a radicalização da sua avaliação política da situação brasileira e a dor do exílio em Toronto transparecem no texto "*A Geração Perdida*", considerado como uma "última contribuição que um dos membros dessa geração perdida pode dar para chamar aos espíritos a razão e para dizer o que pretendíamos, em nome de uma aspiração legítima e tardia de autonomia cultural" (1977: 215).

O retorno de Florestan Fernandes ao Brasil, em 1973, foi marcado inicialmente por um isolamento que aos poucos foi sendo superado pela colaboração crescente com movimentos sociais então emergentes e pelo convite feito, em 1978, para lecionar na Pós-Graduação de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde ministrou cursos teóricos e cursos acerca da Revolução Russa e da Revolução Cubana.

A entrevista "*Sobre o Trabalho Teórico*" (1975b), publicada na Revista *Trans/Form/Ação* e o texto "*Em Busca de uma Sociologia Crítica e Militante*" (1976, in 1977) revelam o estado de espírito, a crítica permanente à dominação burguesa no Brasil e a renovação das esperanças no socialismo e em uma contribuição positiva da sociologia aos grupos divergentes e aos movimentos de contestação daquela dominação.

Durante este período, a crítica ao caráter elitista e anti-popular da transição política brasileira, consubstanciada em estudos, comunicações e artigos de jornais foram reunidos em coletâneas como *Circuito Fechado* (1976c), *Brasil em Compasso de Espera* (1980b) e *A Ditadura em Questão* (1982).

Em maio de 1986, Florestan Fernandes foi o homenageado da 1a. Jornada de Ciências Sociais da UNESP - Campus de Marília, estando os trabalhos apresentados nessa ocasião, reunidos na coletânea *O Saber Militante - Ensaios sobre Florestan Fernandes*, organizada por Maria Angela D'Incao (1987) os quais, além de depoimentos de amigos, de colegas, e ex-alunos, abordam múltiplas facetas da contribuição intelectual de Florestan às ciências sociais e ao conhecimento da

sociedade brasileira. Neste mesmo ano, Florestan Fernandes retorna à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Ainda em 1986, com a aceitação do convite formulado pelo Partido dos Trabalhadores para concorrer à Câmara dos Deputados tem início uma quarta etapa - *Etapa da Militância-Cidadã*, em que, junto com a crítica ao jogo político das elites para a manutenção de seus privilégios durante a fase Constituinte, à Nova República e à eleição presidencial de 1989, vieram a ocupar lugar de destaque as intervenções de Florestan Fernandes, enquanto Deputado Federal e Constituinte, a favor de uma educação verdadeiramente popular e democrática.

Nesta etapa destacam-se os livros *Que Tipo de República?* (1986), *O Processo Constituinte* (1988), *Florestan Fernandes - Pensamento e Ação - O PT e os Rumos do Socialismo* (1989), *A transição prolongada* (1990), *Democracia e Desenvolvimento - A Transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista na Era Atual* (1994) e *Tensões na Educação* (1995).

Florestan Fernandes foi membro da Comissão de Educação propondo a Lei que estabelece um percentual para educação e ciência.

Certamente as homenagens prestadas em vida e após a morte de F. Fernandes não foram suficientes diante de sua importância e da magnitude de sua obra, mas relembrar neste espaço o peso de sua passagem na Sociologia é perceber que a lacuna de sua ausência impõe um momento de reflexão, onde é possível perceber o exemplo de um mestre que merece ser seguido.

BIBLIOGRAFIA SELECIONADA

- BASTIDE, R. e Fernandes, Florestan, 1971 Brancos e Negros em São Paulo, São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 3a. ed.
- FERNANDES, Florestan 1959 Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica.
- 1963 A Organização Social dos Tupinambás. São Paulo: DIFEL, 1963, 2a. ed..
- 1965 A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Dominus Editora e Editora da USP.
- 1966 Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus Editora e Editora da USP.
- 1966 Educação e Sociedade no Brasil São Paulo: Dominus Editora e Editora da USP.
- 1969 Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- 1970 A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá. São Paulo: Pioneira Ed.-EDUSP, 2a. ed..

- 1971 Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada. São Paulo: Pioneira Ed., 2a. ed.
- 1974a Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo: Difel.
- 1974b Elementos de Sociologia Teórica, São Paulo Comp. Ed. Nacional.
- 1975a A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- 1975b "Sobre o Trabalho Teórico". Entrevista Trans/form/Ação, N. 2, Assis: FFCL, 1975.
- 1976a, Folclore e da Mudança Social em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 2a.ed.
- 1976b A Sociologia em Uma Era de Revolução Social, Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2a. ed..
- 1976c, Circuito Fechado. São Paulo: Hucitec.
- 1977 A Sociologia no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes.
- 1980a, Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica. São Paulo: TAQ, 4a. ed..
- 1980b Brasil em Compasso de Espera. São Paulo: Hucitec.
- 1982 A Ditadura em Questão. São Paulo: T. A Queiroz Ed..
- 1986, Que Tipo de República? São Paulo: Brasiliense.
- 1988 O Processo Constituinte (Brasília: Câmara dos Deputados,),
- 1989 Florestan Fernandes - Pensamento e Ação (O PT e os Rumos do Socialismo). São Paulo: Ed. Brasiliense.
- 1990 A transição prolongada. São Paulo: Cortez.
- 1994 Democracia e Desenvolvimento - A Transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista na Era Atual. São Paulo, Ed. Hucitec.
- 1995 Tensões na Educação. Salvador: Editora Sarahletras.
- D'INCAO, Maria Angela (org.) 1987, O Saber Militante - Ensaio sobre Florestan Fernandes Rio de Janeiro: Paz e Terra- Ed. UNESP.
- LIEDKE FILHO, E. D 1977, Teoria Social e Método na "Escola da USP" (1954-1962). Dissertação de Mestrado em Sociologia; Brasília: UnB.
- MANNHEIM Karl, 1952, Ideologia e Utopia Porto Alegre: Editora Globo, 2a. ed..